

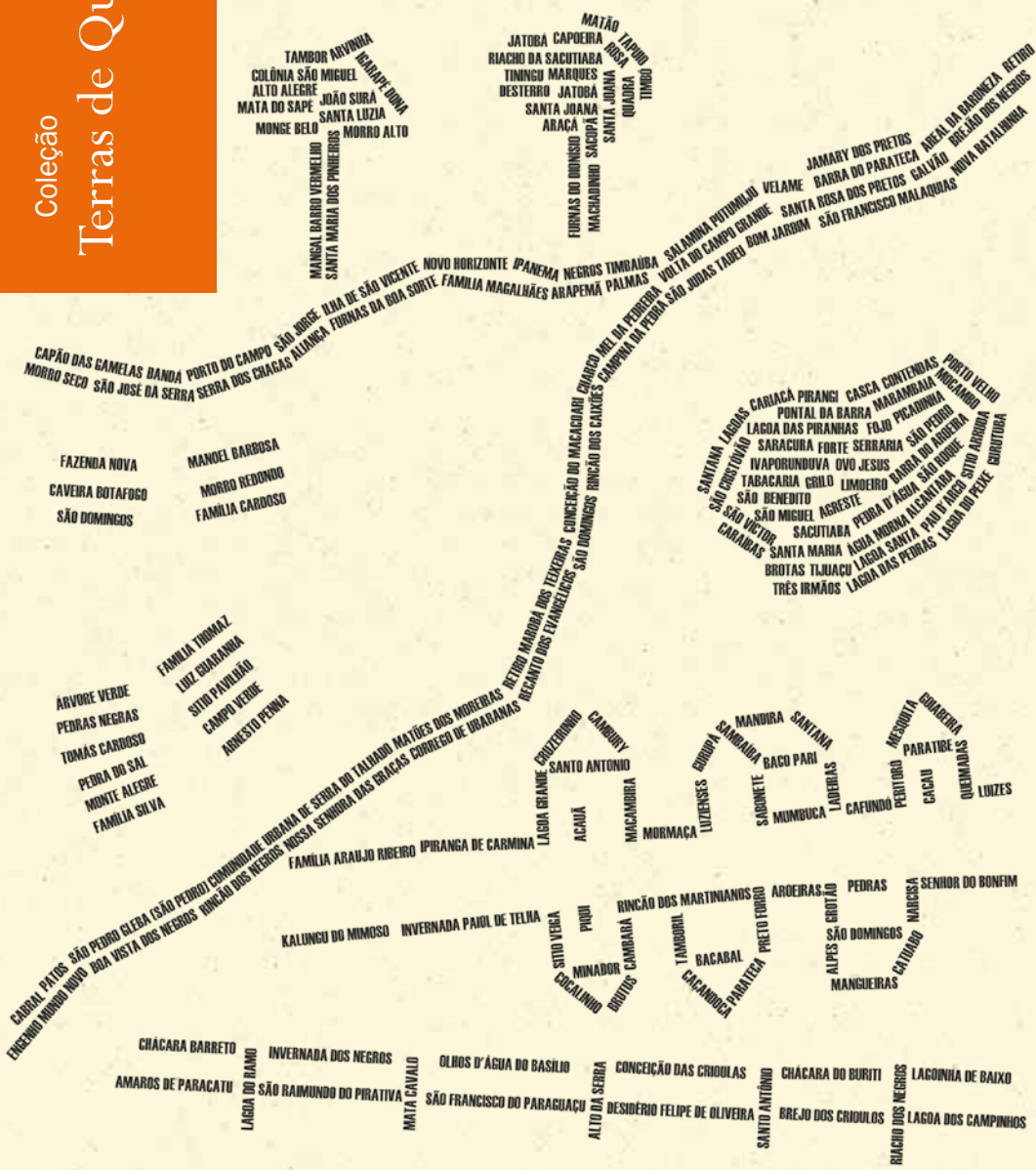


Coleção

Terras de Quilombos

Alagoas

Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

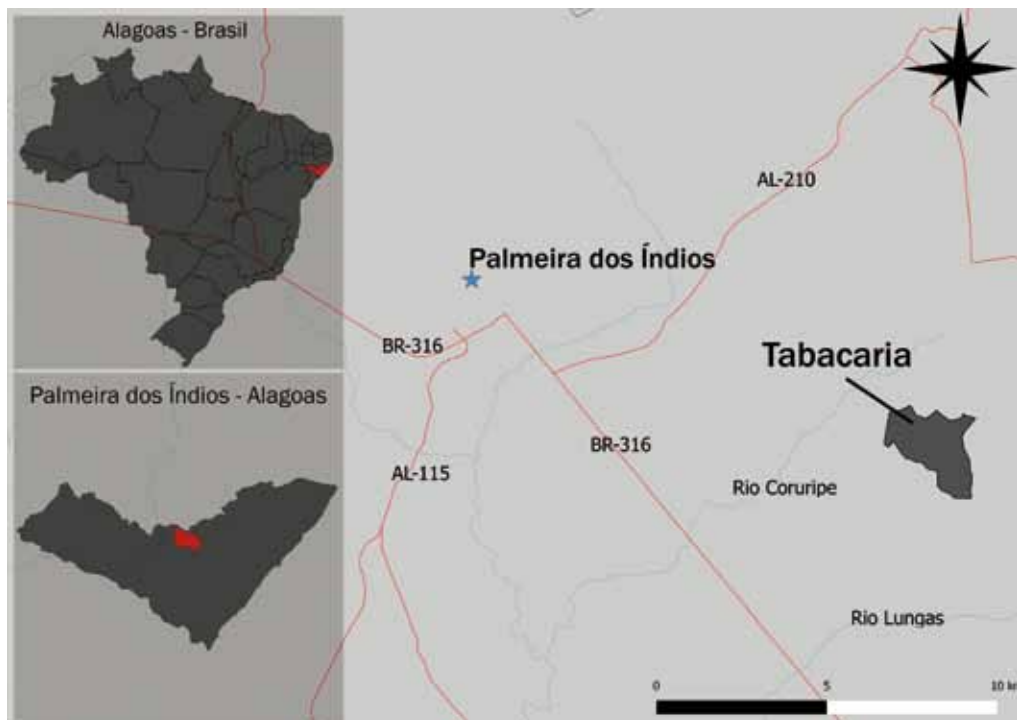
O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria

A Comunidade Quilombola Povoado Tabacaria foi a primeira a ter seu território reconhecido no estado de Alagoas. É localizada no município de Palmeira dos Índios, segunda maior cidade do agreste alagoano, na região onde existiu o grande Quilombo dos Palmares. No Brasil, essa região é uma das que primeiro foi ocupada por exploradores europeus, e a que permaneceu por mais tempo com a economia baseada no latifúndio monocultor de cana, que até o final do século 19 explorava a mão de obra escravizada, passando a explorar os “colonos moradores”, no período pós-abolição da escravatura até por volta de 1970, e depois, os trabalhadores rurais chamados de “boia-fria”.



Nos séculos 16 e 17, os quilombos que se formaram nessa região eram todos chamados de “Mocambos de Palmares”, e sofreram intensa perseguição pelos colonizadores contra os quais resistiram por muito tempo. Um dos símbolos dessa luta é Zumbi dos Palmares. Os quilombolas de Tabacaria podem ser considerados descendentes diretos desses mocambos palmarinos, sendo ligados, portanto, a uma história de resistência que já ultrapassa 300 anos. Nessa região, houve também conflitos e alianças entre os indígenas e os africanos que marcaram a sociedade alagoana, seja pela diversidade da cultura local, observada ainda hoje, seja pelo racismo que promoveu um grave quadro de desigualdade social quando comparamos as condições dos indígenas, dos afrodescendentes e dos descendentes dos europeus.

O território de Povoado Tabacaria, com cerca de 410 hectares, foi demarcado após anos de luta reivindicatória desse direito. A partir do seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, os quilombolas, que na década de 1970 foram expulsos de suas terras com a implantação de grandes fazendas de gado, começaram a se unir com outros trabalhadores sem terra da região em busca do reconhecimento da sua ocupação tradicional daquelas terras. Após séculos de ameaças, espoliação e outras violências, agora as terras tradicionalmente ocupadas pertencem à Associação do Desenvolvimento da Comunidade Remanescente de Quilombo da Tabacaria. Hoje, os quilombolas da Tabacaria, que em 2007 somavam 89 famílias, demandam atenção por parte do poder público para a garantia de condições dignas para viverem no seu território.

Contexto Histórico

No século 16, os colonizadores portugueses exploraram o litoral e a zona da mata da região de Alagoas e Pernambuco para a produção da cana-de-açúcar, exterminando grande parte da enorme população indígena, composta de diversas etnias, que ali vivia desde pelo menos o ano mil. Alguns grupos sobreviventes foram aldeados e escravizados, outros se refugiaram em pequenos territórios que não foram ocupados pelos colonizadores, como, por exemplo, a região da Serra da Barriga, onde

os escravizados trazidos da África que conseguiram fugir dos fazendeiros também começaram a habitar.

Apesar dos violentos massacres das populações indígenas, ainda hoje encontramos na região tanto vestígios arqueológicos de grandes aldeias, como também muitos descendentes indígenas que convivem com descendentes de africanos escravizados, trazidos para as lavouras de cana-de-açúcar, e descendentes de europeus. Dos atuais habitantes do município Palmeira dos Índios, os mais antigos são os Xukuru-Kariri, que ali chegaram por volta de 1700, deslocados das terras onde viviam por frentes de expansão agropecuária portuguesa. Em processo antigo, que corria na Funai ainda no ano de 2007, esses indígenas apresentam documentos coloniais que comprovam que seus antepassados tiveram reconhecida, pelas autoridades coloniais, a posse de “uma légua em círculo a partir do local de construção da primeira capela”. Atualmente, essa área envolve toda a sede urbana do município Palmeira dos Índios, e o direito de sua posse pelos indígenas é contestado pelas autoridades e pela população interessada.

Ainda no século 17, o agreste e o sertão da região de Alagoas foram invadidos pelas grandes boiadas. Num contexto de intensa exploração baseada no trabalho escravo, muitos escravizados africanos rebelaram-se e se refugiaram. Na região da Serra da Barriga, onde já viviam indígenas, formaram-se os mocambos de Palmares, que foram combatidos violentamente pelas autoridades coloniais por mais de um século. Em períodos posteriores, surgiram também os agrupamentos dos Cabanos (no século 19) e as casas de Xangô, constantemente convocadas a resistir aos ataques racistas, e muitos outros coletivos de matriz afro-brasileira que resistiram e resistem às repressões e aos massacres, nos campos, nos pequenos povoados, e nas cidades.

Até a década de 1970, a economia do município Palmeira dos Índios era marcada também pela produção de milho, feijão e algodão. Essa produção foi sendo substituída pela criação de gado, e muitos dos habitantes que trabalhavam na agricultura migraram para São Paulo – como, aliás, aconteceu com uma imensa população nordestina, e, dentre essa, com muitos moradores de Povoado Tabacaria. No período de mais intensa migração, quase todas as terras onde viviam os quilombolas passaram para as mãos de novos donos: algumas áreas foram compradas, outras foram sendo adquiridas como pagamento de dívidas, e outras

foram literalmente invadidas pelo gado, que destruiu as roças quilombolas e agravou a situação de fome, comum nessa época. No ano de 2007, 80% do município de Palmeira dos Índios estava ocupado pela criação de gado de leite e de corte, destinado à exportação, com apenas 15% dessas terras sendo também cultivada com lavouras, ocasionando baixa oferta de empregos e pequena produção de alimentos para abastecimento da população local.

Nesse processo iniciado na década de 1970, os antigos “moraderos”, nome com que os quilombolas se referem à sua relação tradicional com a terra, foram sendo confinados nas atuais “tarefinhas de terra” do Povoado Tabacaria. Contrastivamente, entre os fazendeiros considerados novos proprietários de extensas áreas de terra na região, alguns moravam exclusivamente no litoral e somente utilizavam as terras como garantia em sucessivos empréstimos bancários.

No início dos anos 1970, dentre os episódios que deflagraram o desagregamento dos quilombolas e que forçaram severas mudanças na sua relação com a terra tradicionalmente habitada, é destacada a implantação da pecuária extensiva e mecanizada da nova Fazenda Condiç. Foi a partir daí que, mais drasticamente, as famílias do Povoado Tabacaria começaram a ser expulsas de suas casas pelo gado que devorava as roças. Aos poucos, alguns conseguiram comprar lotes, não muito distantes das antigas habitações, onde foram construindo novo povoado. No começo dos anos 1990, receberam alguns pedaços de terra de freiras holandesas nas regiões de Cafundó de Cima e de Cedro, onde hoje localiza-se o pequeno núcleo de moradores em torno da matriarca Dona Augusta. A má qualidade dessas terras para o plantio fez com que muitas áreas depois fossem vendidas para outros proprietários.

Na segunda metade da década de 1990, uma crise no setor canavieiro, associada às ocupações de terra por movimentos sociais, favoreceu o auto-reconhecimento quilombola da comunidade de Povoado Tabacaria. Percebendo a força das estratégias de reivindicação dos movimentos sociais, e observando proximidades no fundamento da luta dos chamados sem terra por acesso a direitos fundamentais, os quilombolas da Tabacaria mobilizaram sua própria luta reivindicando áreas tradicionalmente ocupadas como território ancestral.

Vida no Quilombo

No ano de 2007, os 332 moradores pertencentes à Comunidade Quilombola de Povoado Tabacaria se dividiam entre os que moram nas casas tradicionais do povoado, os cerca de 40 moradores acampados (situados a cerca de 500m do povoado), os “espalhados” no pasto (Dona Vicentina e o finado Seu Sátiro), os que moram no núcleo chamado Cedro (como Dona Augusta, benzedeira quilombola, e seus parentes próximos), e os que tinham casa na zona urbana do município.

Apesar das constantes mudanças na vida dos quilombolas, uma relação marcante que prevalece é o tratamento da terra não como mera mercadoria, mas como território de vida e de memória que carrega valor afetivo e identitário. Essa relação especial permite a convivência entre as diferentes gerações de parentes, compadres e comadres que compartilham uma terra com história e sentido bem demarcados. Antigamente produziam quase tudo o que consumiam, como roupas, utensílios e remédios.

Atualmente, o quilombo localiza-se a apenas 18 quilômetros do centro comercial de Palmeira dos Índios, e há pessoas que trabalham em diferentes setores na cidade – no turismo, em atividades industriais, prestando serviços variados, inclusive na área da educação. Os moradores dependem hoje em dia de salários para viver, e as condições são bastante precárias. Nas poucas oportunidades de trabalho ofertadas, os pagamentos são muito baixos. Em 2007, 70% dos quilombolas necessitavam da renda do bolsa-família para sobreviver. Essa renda garantia mais do que o dobro da quantidade de dinheiro que conseguiam acessar até então. A aposentadoria rural de alguns idosos também era fundamental, assim como as cestas básicas fornecidas pela Fundação Cultural Palmares, naquele período. A construção de uma escola digna para atendimento a 120 crianças e jovens existentes em 2007, e de um posto para atenção básica à saúde, também eram necessidades prioritárias da comunidade.

Apesar de o grau de escolaridade da população ser ainda pequeno, o repertório de saberes tradicionais dominados por muitos adultos e idosos do quilombo é bastante expressivo. São saberes relativos à fiação de algodão, à manufatura de artesa-

atos, ao atendimento básico à saúde com o uso especializado de plantas, cascas e raízes, ao ofício de parteiras e costureiras, além daqueles relativos a agricultura e pecuária.

Dona Vicentina contou sobre seu ofício de parteira:

Quando completei 40 anos de idade comecei a fazer parto. Vinham me chamar de noite, chovendo, e eu ia. Passava a noite fora e quando chegava de manhã vinha outro me chamar e eu ia. Esses meninos aí, meus netos, fui eu que peguei. Ainda hoje se houver precisão, eu faço. Aprendi com a minha sogra, eu acompanhava ela, pra ela não ir sozinha, e dava banho na criança na hora que nascia. E ela dizia assim: - Quando eu morrer você vai ficar no meu lugar. [...] Nos anos que eu fiz parto, nunca morreu uma mulher de parto na minha companhia, graças a Deus, Louvado seja Nosso Senhor, que era o que eu mais tinha medo. (Dona Vicentina, 2007)

Josefa Maria da Conceição, conhecida como Dona Marina, tinha quase 90 anos de idade no ano de 2007. Era avó e bisavó de quase 50 alagoanos, assim como ela, nascidos na Tabacaria, e de outros descendentes nascidos paulistas, filhos das suas filhas emigradas. Falava sobre como foi difícil sua vida no povoado:

A minha vida era trabalhar de enxada, ganhando tostões, sem comer nada. Só comia de noite, um milhinho torrado, xerenzinho de milho torrado na pedra. Quando aparecia um cadinho de farinha que os maior dava, a gente fazia beiju pra se comer. Ninguém criava galinha, peru, porco... somente passando mal, passando fome. Eu pedi muitas esmolas pra criar os filhos, 13 filhos. O Zé Boi nasceu lá, debaixo do pé de pau, debaixo do pé de pau ele nasceu, e eu criei [o apelido é porque



Dona Marina na sala de sua casa sem móveis e cheia de santos e santas – Povoado Tabacaria – 2007

José nasceu embaixo de um pé de juá, onde os bois costumavam se abrigar do sol quente]. Criei [meus filhos] com folha de abóbora cozinhada e um pirãozinho de farinha; a papa melhor que tinha era de rapadura. (Dona Marina, 2007)

Dona Vicentina é outra senhora importante na comunidade, que contou um pouco da vida ali e comparou com a atualidade do quilombo:

Quando eu era pequena, alcancei minha mãe trabalhando, trocando aquele trabalhinho. Trabalhava bem cedo e de tarde [o fazendeiro] perguntava:

- O que a senhora quer?

- Eu quero uma comidinha pra dá de comer a meus filhos que estão com fome em casa.

E aí ele agarrava uma mancherinha de feijão, de farinha e dava e minha mãe levava pra nós comer. Minha mãe trabalhava na diária, colhendo algodão, milho, fava e tocava uma rocinha, plantando milho pra nós comer. Era um tempo muito cansado. Hoje, minha filha, tá rico! As estradas era uns varedinho assim, dava medo, a gente ia praquela Palmeira fazer feira no meio da mata grande e botava as coisa num pote de barro e trazia em cima da cabeça. (Dona Vicentina, 2007)

Sobre os casamentos entre primos, as famílias numerosas, tão comuns no quilombo, e as privações de toda ordem, a começar pela dignidade da posse de uma área de terra, Dona Vicentina relatou:

Eu me casei com gente da família, era tudo família, primo. A gente morava ali [aponta para área na frente do acampamento], num ranchinho coberto de palha de coqueiro. Hoje até os coqueiro se acabou. Eu casei com dezoito anos, todo ano um filho, não evitava família nesse tempo. E eu pra criar esses filhos? Meu Deus... Eu tive uns 18 filhos, entre morto e vivo, e criei 10. Agora, pra criar esses filhos, quanto eu não sofri? Eu saía bem cedo, pra engomar, lavar, passar a ferro a roupa das patroas. Fazia também sabão de carrapato, pisando a mamona, que não tinha esses sabão de hoje não, e saía vendendo. Os homem trabalhava trocando aquele trabalho por comidinha pra trazer pros filhos: pau de mandioca, feijão... Nós não recebia dinheiro não, pedia aqueles patrão uma

tafezinha de roça pra brotar e eles dava, arrendava e aí eu botava aquela rocinha e ia limpar mais minha filha. Tive 7 filha mulher; o marido deu pra beber uma pingazinha, quando ele queria, ia [trabalhar na roça], quando ele não queria, eu ia [trabalhar na roça] com elas. E eu até hoje sofro, fico em casa sozinha imaginando que até hoje nunca tive um chãozinho meu, meus filhos também não. Só um comprou duas tafezinha de terra e mora ali. **Até hoje nós vive num cativeiro triste, nós não tem nada, vivendo na terra do patrão. A senhora não acha que eu ainda sou cativa? Sou, até hoje eu vivo sofrendo, mas só Deus sabe quanto eu sofri pra criar esses dez filhos.** (Dona Vicentina, 2007)

A fala de Dona Vicentina também diz sobre a religiosidade de Tabacaria, um catolicismo popular devocional, com festas de santo, terços e novenas, peregrinações anuais a Juazeiro para louvar o Padre Cícero, e rezas especiais para cada situação:

Festejava São José, em março; São Sebastião, em janeiro. Chamava aqueles tocador com a zabumba, fazia novena, chamava a rezadeira, rezava aqueles terços. Ajuntava aqueles premiozinhos, fazia aquele leilãozinho, o pessoal saía gritando, oferecendo, vendendo e aquele dinheirinho era pra comprar coisa pro santo, pra imagem. [...] Nós passamos três dias lá na igreja [de Juazeiro do Norte], toda tarde na missa, na festa da Nossa Senhora das Candeias. Era tanta gente no mundo esse ano, todo ano eu vou, mas foi tanta gente esse ano que até o padre falou em aumentar ali. Depois da missa foi tantos fogos no mundo! Nós todos com as velinhas acesas era uma maravilha! Você já viu? Todo com as velinhas acesas! Eu comprei as velinhas acesas na igreja, o padre celebrando a missa, os missionários encomendando os romeiros e todos rezando, o andor do Padrinho Cícero... Todo ano eu vou! E esse ano, eu to velhinha, e pode ser que para o ano eu morra... esse ano eu vou! (Dona Vicentina, 2007)

O respeito dedicado às senhoras matriarcas na comunidade certamente é um reconhecimento do esforço extraordinário que fizeram para criar seus filhos, netos e bisnetos, que povoam a Tabacaria atual.

Povoado Tabacaria foi a primeira comunidade no estado de Alagoas que reivindicou seu reconhecimento oficial como quilombola. O quilombo

Mocambo onde Yara, Hélio e filhos
viviam no Povoado Tabacaria –
fevereiro/2007



contou com uma corajosa e dedicada iniciativa de jovens e adultos que pesquisaram e registraram as histórias contadas pelos mais velhos, confiando que, por meio dessa memória sobre a valentia e a resistência à escravidão pelos seus ancestrais, coseguiriam fazer “emergir a força de Palmares”, favorecendo sua luta atual. Foi nessa pesquisa que identificaram lugares que são importantes testemunhos da ocupação tradicional quilombola, todos situados na área da então chamada Fazenda Condic. Esses lugares aparecem como demarcadores concretos da vivência de seus ancestrais naquelas terras. Um deles é a chamada “Cacimba da Velha”, uma fonte onde as pessoas bebiam uma água considerada sagrada, porque além de realizar curas milagrosas, nunca secava. Segundo o quilombola Elson:

[...] essa água, ela é uma água milagrosa, que as pessoas contavam a história e agora encontramos fatos reais mesmo, ela curava através da fé, a pessoa que tinha fé ia lá naquela água ali, se banhava, lavava o rosto, a cabeça e se curava né?! E nós fizemos uma experiência com uma menina aqui e ela fez isso daí e ela se sentiu bem melhor com a água. (Elson, 2007)



Elson bebendo da água sagrada
que nunca seca. Foto: Aluísio Caetano
da Silva - Cacimba da Velha – Território
reivindicado – novembro 2006



O açude do Farnandes, antiga minaçon quilombola ampliada pela Fazenda Condic. Foto: Aluísio Caetano da Silva – novembro de 2006

Outro lugar importante é o “Açude do Farnandes”, que foi aproveitado pela Fazenda Condic como açude para abastecer o gado, feito a partir de uma mina d’água descoberta pelos antigos quilombolas.

Consideram também especialmente importante uma árvore onde se reúnem para fortalecer a fé e a memória do quilombo. Segundo Elson:

Na árvore sagrada as pessoas buscam curiosidade e admiração, porque ali é um exemplo do nosso povo, ali é onde nós fazemos nossas orações, concentrações, vamos retratar as histórias dos mais velhos e repassar para os mais novos, até hoje, a história agora que vai continuar. (Elson, 2007)

A “Furna dos Negros” é uma caverna, atualmente tratada como outro ponto de memória e “concentração da energia” de antigas vivências e histórias que ligam os quilombolas de Tabacaria aos seus ancestrais sobreviventes do “massacre de Palmares”. Conforme contam foi para ali que esses ancestrais se refugiaram.

A furna é uma caverna que tem de comprimento onze metros por cinco de frente, ali dentro ela tem um quarto, o formato dela é um formato bem bonito que ela pega de cima para baixo. Agora embaixo ela fica alta. Só coisa da natureza mesmo porque o homem não faz. **Aí ali você chega de frente você vê uma porta, quando você entra lá dentro, vai buscando ali energia, parece que os nossos ancestrais eles buscam forças pra você buscar**



Árvore Sagrada - Aluísio Caetano da Silva – novembro/2006

Furna dos Negros.
Foto: Aluísio Caetano da Silva –
novembro/2006



imaginação ali dentro, e dali eles já tinham o contato dos povos deles e dormiam, comiam, cozinhavam ali perto, o que eles encontravam na mata eles levavam pra ali. Ali era onde era a concentração real deles. (Elson)

Acrescentando essa memória sobre os ancestrais do Povoado Tabacaria que vieram dos mocambos de Palmares, na Serra da Barriga, o quilombola Seu Nena também falou:

Esses que veio aqui, eles falavam que era da Serra da Barriga, falava: -Eu saí refugiado da serra da barriga! Fugiram e vieram, vieram, chegaram aqui e se esconderam nessa pedra aqui embaixo, nessas cavernas aqui embaixo. E ficaram escondido aí de lá depois, aí foram subindo, subindo pra serra aí ficava uma coisa mais sem medo. Aí chegava aí e fazia aquele limpozinho e cada um fazia um ranchinho. Aí foi chegando, foi chegando, daqui pra aquele cemitério que a senhora tirou foto lá, tudo era casa, tudinho casa de palha. (Seu Nena, 2007)

Episódios da luta pelo Território

Em 2005, após conseguir a certificação da Fundação Cultural Palmares, e organizados em associação formalizada, uma parte dos quilombolas, articulada com um grupo de trabalhadores sem terra, acampou na porteira da Fazenda Condic e na área da Fazenda Bela Vista, conhecida como Cafundó, que fazia parte da Condic. Exigiram o seu reconhecimento como remanescentes de quilombo, e a demarcação e titulação de seu território tradicional. Essa fazenda havia sido estabelecida com grande quantidade de gado a partir de 1973, derrubando as casinhas de taipa



Entrada de Povoado Tabacaria - 2007

dos “moraderos” para dar lugar ao pasto, dificultando a permanência das roças, constantemente destruídas pelo gado. A terra passou a servir de garantia em sucessivas hipotecas bancárias feitas por seus proprietários legais.

Em 2005, os quilombolas de Tabacaria resolveram ocupar.

Enfrentando ameaças, agressões e todo tipo de pressão, os quilombolas ocupados foram conseguindo apoio da Fundação Palmares, do Ministério Público, do INCRA, da Secretaria das Minorias de Alagoas, da Universidade de Alagoas e mesmo da Polícia Federal. Sobretudo a partir de 2006, conquistaram as devidas providências, inclusive os estudos para identificação, delimitação e demarcação do território tradicional. O Ministério Público Federal intermediou o confronto com os fazendeiros, garantindo a permanência dos quilombolas na fazenda ocupada.

Ao mesmo tempo dessa conquista, os quilombolas continuaram a sofrer pressões por parte dos fazendeiros, inclusive com ameaças de morte e ações violentas contra a comunidade e suas lideranças. Houve



Aspecto de uma das bordas da chã, que compõe a área nobre do território, antes de cair na grotá, vizinha ao Acampamento Tabacaria - 2007

uma ação violenta em que encapuzados invadiram a ocupação tentando tocar fogo nas casas e expulsá-los de suas terras. Os quilombolas então bloquearam a estrada de acesso à ocupação, e em seguida os jagunços retornaram ordenando que eles saíssem. A Polícia Militar foi até área para evitar que os conflitos ficassem piores. E o INCRA intercedeu, instituindo um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do Quilombo de Tabacaria.

O território do Povoado de Tabacaria foi medido com cerca de 410 hectares, envolvendo toda a área da Fazenda da Condic. Outra área importante do território reivindicado é a “Fazenda Lagoa do Chapéu I”. Os testemunhos orais indicam que ali, onde a comunidade ainda exercia alguma posse, havia duas casas de taipa e telha habitadas por anciãos da comunidade. Era área de plantio e moradia da comunidade e, junto com a Fazenda da Condic, forma um contínuo até as bordas da subida da serra pelo “Cafundó”. Essa propriedade foi comprada por um novo fazendeiro, sendo este um último esbulho sofrido pelos quilombolas.

O RTID da comunidade foi publicado em 2007 e, após muitas negociações a respeito do uso das terras pelos quilombolas e pela fazenda, a portaria do INCRA, reconhecendo e declarando oficialmente o território como remanescente de quilombo, foi publicada em 2008. Em novembro de 2009, o presidente Lula assinou o decreto de desapropriação do território da comunidade de Tabacaria. Sua luta, agora, é por condições dignas para viver e trabalhar no território reconhecido.



Representantes da Comunidade Quilombola de Povoado Tabacaria – Ministério Público Federal em Arapiraca, Alagoas - 6 de fevereiro de 2007

A Comunidade de Povoado Tabacaria, com famílias agricultoras, também desenvolve seu artesanato retomando antigas tradições, tais como bordado, costura, cerâmica, ervas medicinais. Também há pessoas que podem ocupar a função de professores, além de outros serviços que não se limitam à produção agrícola. Nestes últimos anos de ocupação do território tradicional, a monotonia das pastagens começou a dar novamente lugar às hortas e roças de milho, feijão, mandioca, quiabo, abóbora, pimentão, tomate, dentre tantos outros.

Suas relações humanas e sociais necessárias a um desenvolvimento produtivo das pessoas e da terra que elas virão a ocupar são fortalecidas com vitalidade, responsabilidade e vontade de vencer as dificuldades. Resta-lhes exigir a atenção do poder público, para que sejam garantidas condições de subsistência às famílias de Povoado Tabacaria.



Assembleia inicial de Regularização do Território de Tabacaria
– 1º de novembro de 2006

Texto baseado no Relatório Antropológico realizado por Mônica Cavalcanti Lepri Resumo elaborado por Ana Carolina Estrela da Costa em janeiro de 2016. Consultado também: Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil <<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=138>> acesso em: 28 de dezembro de 2015.

Uma palavra da comunidade

Povoado Tabacaria

Aqui enfrentamos as mais diversas dificuldades. A ajuda dos órgãos governamentais é escassa, mesmo com a existência do decreto n° 4887, 20 de novembro de 2003, artigo de n° 68, que dá direitos aos remanescentes da nossa comunidade acesso à terra, moradia, saúde e as demais condições dignas de infraestrutura e subsistência. Precisamos de uma maior participação do governo municipal, estadual e federal nas questões relativas aos direitos dos remanescentes de quilombolas, especialmente em Tabacaria.

Em 24 de janeiro do ano de 2005 foi formada a associação de moradores da nossa comunidade. O resultado foi o reconhecimento da comunidade como quilombola, por parte da Fundação Cultural Palmares, em agosto do mesmo ano. Ubiratan Castro de Araújo, presidente da Fundação Palmares, foi responsável pelo processo de reconhecimento da nossa comunidade juntamente com as manifestações e as ocupações dos remanescentes no então território.

A comunidade não possui uma renda fixa ou algo que possibilite estabilidade coletiva. Bolsa Família, cestas básicas e auxílios filantrópicos ajudam a complementar a economia dos moradores, tendo como conquista maior o direito às terras. Nosso maior sonho é a realização dos projetos de infraestrutura que irão contribuir muito para as nossas condições de sobrevivência.

Também almejamos projetos que possam nos beneficiar na questão de preservação do patrimônio territorial, agroindústria e as rendas de preservação da nascente das UPP e áreas de preservação permanente, é o que nós gostaríamos para nossa comunidade.

Palmeira dos Índios/AL, 26 de Julho de 2016

Palavra enviada por Amaro Félix Filho
Presidente da Associação Quilombola de Tabacaria



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

C331q Estrela da Costa, Ana Carolina
Quilombo de Povoado Tabacaria / Ana Carolina Estrela da Costa.
- Belo Horizonte : NUQ/ FAFICH : OJB/FAFICH, 2015.

16 p. (Terras de Quilombos)
Baseado no Relatório Antropológico De Caracterização Histórica,
Econômica E Sócio-Cultural Comunidade De Remanescentes De Quilombo De
Povoado Tabacaria/AL de Mônica Cavalcanti Lepri Dos Santos.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3.Santos, Mônica Cavalcanti Lepri Dos.
Relatório Antropológico De Caracterização Histórica, Econômica E Sócio-Cultural
Comunidade De Remanescentes De Quilombo De Povoado Tabacaria/AL.
I. Título. II. Série.

CDD:306
CDU:39

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e do Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto de Agricultura
Familiar e do Desenvolvimento Agrário

CARLOS EDUARDO BOVO
Diretor da Coordenação-Geral de Gestão
Estratégica, Monitoramento e Avaliação
(CGMA/ NEAD)

WILLY DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador-Geral de Gestão Estratégica,
Monitoramento e Avaliação (CGMA/ NEAD)

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS
Coordenador Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
CENTRO DE ESTUDOS
RURAIS E AMBIENTAIS

IB
CES - AL

Quilombos

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
GOVERNOS UNIDOS